

ALEXANDRE SANTOS

**POR UMA COMUNIDADE
LUSÓFONA**



Copyright© Alexandre José Ferreira dos Santos



EDIÇÕES MOINHO



Organização associada à Câmara Brasileira de
Desenvolvimento Cultural.

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Jacinto Almeida

Gérman Cárceres

Caio Porto

Carlos Newton Júnior



A união política dos países lusófonos os
colocaria em patamar superior de
pujança diplomática e econômica

A Amândio Silva, que sempre sonhou
com uma União Lusófona

POR UMA COMUNIDADE LUSÓFONA

Este texto, escrito originalmente em 2013, não contemplou as exigências geopolíticas surgidas em 2022 com a eclosão da guerra no Leste Europeu. Foi publicado pelo jornal Folha de Pernambuco em 13 de junho de 2013.

As dificuldades que, atualmente, perturbam a dinâmica política, social e econômica da União Europeia vêm criando espaço para muitas elucubrações.

Todos falam, muitos têm razão.

Uns lembram os compromissos assumidos pelos países quando da adesão à UE e apregoam o arrocho nos indisciplinados e recalcitrantes como um método de ajuste recomendável, plausível e justo.

Outros apontam falhas conceituais do modelo formalizado em Maastrich e, evocando diferenças

culturais insuperáveis, defendem a saída dos estados membro 'problema'.

Outros, ainda, sugerem a reorganização e reconfiguração das alianças, ensejando sonhos de novos alinhamentos e coalizões.

Aliás, a conturbada ambiência europeia vem servindo de estufa e plataforma para velhas e novas ideias. A saída de Portugal da UE e adesão ao Brasil para a formação de uma União Lusófona é uma delas. Com efeito, com sólida argumentação baseada na incompatibilidade de Portugal com a centralidade da UE, muitos lusófilos vêm afirmando que é hora de os países de língua portuguesa aproveitarem a situação para reconfigurar relações e dar um caráter político e econômico aos laços que os une.

Dizem, por exemplo, que este é o momento propício para os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deixarem de buscar, apenas, o 'aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros' e passarem a constituir uma verdadeira comunidade política e econômica, como se formassem um único país espalhado por todos os continentes.

Vale lembrar que a união dos países lusófonos formaria uma grande potência mundial.

De fato, comendo território de quase 11 milhões de km², população de cerca de 250 milhões de pessoas e, como um gigantesco arquipélago espreado pelos quatro cantos do mundo com presença física em todos os continentes e mesma língua e matiz

cultural, o conjunto formado pelo Brasil, Portugal, Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Goa, Timor Leste, Guiné Equatorial, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Macau apresenta Produto Interno Bruto superior ao produzido pela França, substancial mercado interno e, sobretudo, as vantagens competitivas decorrentes do posicionamento geopolítico global, além, claro, da diversificação da potencialidade e da produção econômica conjunta.

Naturalmente, como alteraria profundamente o atual panorama de distribuição do poder e das riquezas mundiais, a constituição de uma união dos países lusófonos tende a enfrentar grandes obstáculos.

É de se esperar que, tão logo esta ideia venha à tona e ganhe alguma

força, surja toda a sorte de dificuldades - desde o desdém desqualificador até a renhida resistência das elites, passando por pressões diplomáticas e comerciais.

Por isso, a constituição da União Lusófona deve decorrer do efetivo envolvimento e comprometimento dos povos lusófonos, de modo a obrigar os governos e isolar as elites simpáticas ao charme estrangeiro e, portanto, alinhadas ao status quo internacional.

Neste sentido, muita coisa pode e deve ser feita, a começar pela divulgação das características comuns, capacidades, necessidades inversamente recíprocas e vantagens que naturalmente adviriam do funcionamento efetivo da União Lusófona.

Vale destacar que, para ter existência concreta, a União Lusófona

precisaria contar em sua formação inicial com a participação do Brasil e de Portugal, maiores países do bloco.

Nesta perspectiva, além da plena retomada do Tratado da Amizade e do Estatuto da Igualdade, os meios populares, formadores de opinião e dirigentes brasileiros e portugueses devem ser estimulados a discutir a importância e vantagens da criação desse novo ente internacional de modo a encorpar o caudal favorável ao projeto e, na linha inversa, adquirir resistência às inevitáveis pressões e campanhas difamatórias da ideia.

Que os povos lusófonos se unam e tenham a chance de alcançar patamares mais elevados de prosperidade e melhores condições de vida para todos.